



Universidade do Minho
Escola de Direito

Universidade do Minho

Escola de Direito

Exame de equivalência ao grau de licenciado em Direito no estrangeiro

28 de maio de 2021

2.^a Parte

I. Direito Constitucional

Numa reforma legislativa do regime jurídico aplicável ao rendimento social de inserção (RSI) - prestação não contributiva da Segurança Social destinada a garantir um rendimento mínimo aos cidadãos que não têm outros meios de subsistência -, o Governo aprovou um decreto-lei, em Conselho de Ministros, que alterava as condições de acesso a tal prestação, tendo passado a exigir-se aos cidadãos portugueses, bem como aos membros do seu agregado familiar, o preenchimento de um período mínimo de um ano de residência legal em território nacional para poderem aceder ao RSI. O Presidente da República promulgou e a lei foi publicada. Passados uns meses, António, depois de ter estado um ano em Angola a trabalhar, chegou a Portugal e, não tendo outros meios de subsistência, dirigiu-se aos Serviços da Segurança Social para requerer RSI. O pedido foi-lhe negado por não preencher o requisito de um ano de residência legal em Portugal. António impugnou tal decisão nos tribunais administrativos que não lhe deram razão. Decide, então, recorrer ao Tribunal Constitucional.

1. Como fundamentaria, de um ponto de vista material, o recurso ao Tribunal Constitucional? Que normas constitucionais (regras e princípios) seriam mobilizáveis para este fim? (2,5 v.)
2. O Tribunal Constitucional tem competência para apreciar este recurso? Quais os pressupostos relevantes para apreciar a competência do Tribunal? (2,5 v.)



II. Direito Administrativo

1. Distinga sucintamente 2 dos seguintes grupos de conceitos: (2 x 1v.)

- a) Poder de revogação/Poder de anulação;
- b) Ajuste Direto/Consulta Prévia;
- c) Poder de direcção/Poder de tutela;
- d) Decisão de contratar/adjudicação

2. António foi notificado por carta registada enviada por serviço municipal da sua residência e nela encontrou duas más notícias.

A. Que ao abrigo, de uma subdelegação de competências, o vereador do urbanismo decidiu “ordenar a demolição do muro, situado em propriedade sua, que ameaça ruína iminente, pondo em causa a segurança de todos os que transitam naquela rua”.

B. Que o presidente da Assembleia Municipal lhe aplicou uma coima no valor de € 700, pois António, muito nervoso, havia tido um comportamento inexplicável durante toda a reunião daquele órgão, lugar onde António resolvera queixar-se das injustiças da vida.

a) Neste sentido, António questiona-se sobre a validade daquelas decisões, uma vez que entende que nem no primeiro caso nem no segundo os órgãos autárquicos são competentes para praticar tais atos. (1,5 v.)

b) Sendo certo que, em relação à ordem de demolição do muro, nunca houve audiência prévia e o ato não traz fundamentação, sendo nulo. (1,5 v.)

III. Direito Tributário

A autarquia de Braga aprovou por regulamento a criação de uma “contribuição extraordinária de solidariedade”, no valor de 200 euros anuais, a pagar por todos os maiores residentes na sua área geográfica, no mês de dezembro de cada ano, com a finalidade de custear o conjunto de serviços municipais de auxílio a crianças em risco e a idosos vítimas de situações de abandono.

Um grupo de cidadãos indignados com a medida, emitiu um comunicado referindo que se estava em presença, não de uma contribuição, mas de uma verdadeira taxa, a qual apenas poderia ter sido criada pelo Governo, através de um decreto regulamentar.



Universidade do Minho
Escola de Direito

1. Diga, de um modo juridicamente fundamentado, se concorda com a qualificação jurídica e com a argumentação que o grupo de cidadãos utilizou. (2,5 v.)
2. Pelo facto de ter procedido à criação da contribuição, pode qualificar-se a Autarquia de Braga como o sujeito ativo da respetiva relação jurídica? (2,5 v.)

IV. Direito Penal e Processual Penal

A, através do telhado da habitação de B, penetra nesta. Uma vez aí dentro, apodera-se de um jarro chinês no valor de 500 €, de um computador no valor de 200 € e de um quadro de pintura no valor de 300€.

1. Analise a sua responsabilidade penal, determinando a eventual pena ou medida de segurança de que possa ser objeto. É primário, resolveu realizar o crime quando passou acidentalmente na casa em causa, está empregado e praticou esta conduta para aumentar os seus rendimentos, dado receber apenas o salário mínimo, é solteiro. (2,5 v.)
2. Diga qual a forma de processo que seguiria, que medida de coação poderia ser aplicada, e o que sucederia se A tivesse sido apanhado em flagrante delito pelo vizinho de B. Justifique a sua resposta legalmente e aludindo aos princípios do processo penal mais relevantes e aplicáveis ao caso. (2,5 v.)